



A presença da liderança feminina no luteranismo de imigração alemã no Brasil: uma diferença positivada pelo feminismo na contemporaneidade

The impact of female leadership on German immigration Lutheranism in Brazil: a difference positivized by feminism in contemporary times

Joyce Pires¹

Resumo: Este artigo discutirá o tema sobre a presença feminina no luteranismo de imigração alemã no Brasil, a partir da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a incidência do feminismo como uma contribuição para a visibilidade de sujeitos mulheres e redistribuição do poder ministerial no campo religioso. Nos últimos cinquenta anos, mulheres construíram acessos à justiça de gênero nas igrejas e na sociedade brasileira e tem na gênese do luteranismo no Brasil aspectos que mobilizam possibilidades de representação da mulher na hierarquia eclesiástica. As análises dos processos de mudanças históricas relativas ao aparecimento da mulher em lugares de poder e status são discutidas a partir do trabalho etnográfico. Os processos de formação teológica, particular das pastoras ordenadas, promovem a positivação da diferença feminina, emaranhada e fundamentada na tradição do protestantismo de imigração alemã.

Palavras-chave: Mulheres. Hierarquia eclesiástica. Protestantismo de imigração. Igreja Evangélica de Confissão luterana no Brasil.

Abstract: This article will discuss the theme about the female presence in Lutheranism of German immigration in Brazil, from the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil and the incidence of feminism as a contribution to the visibility of women subjects and redistribution of ministerial power in the religious field. In the last fifty years, women have built access to gender justice in churches and in Brazilian society and there are aspects of Lutheranism in Brazil that mobilize possibilities for the representation of women in the ecclesiastical hierarchy. The analyzes of the processes of historical changes related to the appearance of women in places of power and status are discussed based on ethnographic work. Theological formation processes, particularly of ordained pastors, promote the positivization of the feminine difference, entangled and based on the tradition of Protestantism of German immigration.

Keywords: Women. Ecclesiastical hierarchy. Immigration Protestantism. Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (UNESP). Mestre e graduada em Ciências Sociais pela UNESP.

Introdução

O presente artigo propõe discutir a presença feminina no ministério ordenado da IECLB. Mesmo que em algumas Igrejas exista a possibilidade de se exercer o pastorado feminino, ainda assim, surgem insatisfações, pois as mulheres se encontram submissas a uma hierarquia pautada na figura masculina, como ainda é o caso da instituição religiosa IECLB. Nesta instituição religiosa agenciamentos são criados e propiciados por relações concretas de subordinação historicamente configuradas no cristianismo e na Reforma religiosa de vertente luterana, que confere às mulheres e aos seus corpos o aparecimento possível.

Nas sociedades de classe, certas desigualdades socialmente relevantes, como a cor e a religião neste caso, são marcadores e legitimados por uma explicação que representam como tendo raízes nas diferenças naturais (STOLCKE, 1991). Neste sentido, podemos lembrar da concepção e construção da mulher, produzida por um Deus – todo poderoso – em torno do útero com a função de reproduzir a espécie e, portanto, a raça. Estamos falando do controle da capacidade reprodutiva das mulheres para perpetuar os privilégios de classe e nacionais com os raciais, sendo esta naturalização ideológica, como afirma Henrietta Moore (1997).

Mulheres ordenadas instigam a ideia de justiça de gênero e revelam incômodos com os privilégios de uma hierarquia naturalizada socialmente². Alguns direitos sociais e de gênero foram alcançados em diferentes contextos como políticos e religiosos, tais direitos são símbolos da emergência histórica de um “novo” regime secular da sexualidade, acompanhado por um estilo de regulamentação moral que lhe é próprio (CARRARA, 2015). Compreendendo as moralidades observadas a partir dos contextos, situações e interações sociais será possível revelar o tom político e dissidentes das diferentes perspectivas das mulheres e suas práticas.

O contato com algumas pastoras, entre conversas informais, revelou que a percepção difundida de protestantismo, a partir da IECLB, é de uma Igreja sempre

² Existe uma intersecção das preocupações feministas de enquadramento teórico e de movimento organizado com as ações das luteranas a partir do uso da noção de justiça de gênero, discutida pela teórica e feminista, Nancy Fraser (2007). Segundo esta autora, a virada para o reconhecimento social representa uma expansão nas lutas de gênero e uma nova compreensão do que é justiça de gênero, não mais restrita a questões meramente distributivas, mas, ora, também abrangente de questões de representação, identidade e diferença, conforme a teoria do reconhecimento. Em relação às luteranas, o objetivo é levar esta perspectiva de gênero, sexo e sexualidade para dentro do ecumenismo, promovendo reformas éticas e religiosas

em reforma, – a Reforma Protestante ainda acontece – e o reconhecimento das mulheres como autoridades é inerente a este processo desde o seu princípio. Assim recordam as chamadas mulheres da Reforma, como por exemplo, Katharina von Bora e sua participação significativa na Reforma com Lutero, considerada fundamental pelas luteranas no processo reformador das igrejas cristãs e para o papel das mulheres na Igreja.

Um perfil de igreja teuto-brasileira no Brasil

O reconhecimento da autoridade religiosa em um corpo de mulher está imerso nos processos de reconfigurações e enquadramentos nos quais passam a sociedade (BUTLER, 2015). Processos de reconfigurações significativos na esfera religiosa foram observados por Sherry Ortner (2007, p. 32), que recorda o advento do protestantismo como parte dos chamados movimentos culturais da Reforma – tal como analisado por Max Weber (2004 [1958]) –, considerando que ele “[...] remodelou tanto as práticas como as subjetividades [...]” na sociedade ocidental. O luteranismo é o protestantismo mais antigo no Brasil, sua implantação ocorreu entre 1823 a 1916 com a imigração de colonos europeus, especialmente a partir da influência de alemães, suíços, austríacos, suecos, entre outros (FRESTON, 1993). Portanto, a IECLB deve ser compreendida como uma Igreja do chamado protestantismo histórico de imigração (MENDONÇA, 2005; FRESTON, 1993).

Entende-se por protestantismo histórico as denominações de origem anterior ao século XVIII ou XIX, e por proselitismo missionário aquelas empenhadas em converter pessoas e grupos à uma determinada religião. Vale ressaltar que esta é uma divisão frágil em relação às práticas religiosas híbridas que se configuram no Brasil atual, tendo em vista a adesão de um novo perfil pelas Igrejas, como a Igreja inclusiva nas denominações evangélicas (JESUS, 2010).

Segundo Paul Freston (1993, p. 42), o luteranismo é uma religião que representa um tipo sociológico diferente, que limitou sua influência sobre o conjunto da população brasileira, resultante de dois fatores: “[...] é uma fé de imigrantes e é o único grande grupo de protestantes no Brasil que é igreja [...]”, desde os seus primórdios. Igreja, como conceito, representa a classe dominante e, conseqüentemente, a cultura dominante que busca monopolizar o conteúdo simbólico e subjugar as seitas como heréticas ou simplesmente englobá-las

(FRESTON, 1993). O ensino da doutrina é fundamentado nos livros do reformador Martinho Lutero (1483-1546) e está vinculada à Igreja Reformada Alemã, apresentando-se como a matriz da reforma cristã no Brasil.

Helmar Rölke (2016) afirma que a fundação de comunidades luteranas sempre caminhou junto com a expansão colonizadora de alemães, chegando inclusive, a destacar a preservação da germanidade como uma das principais tarefas da Igreja, provocando uma segregação social e geográfica, não só em função da etnia, mas também por motivos religiosos (DREHER, 1984; SANTOS, 1992). Estabeleceu-se no sul do Brasil um processo de auto-organização comunitária através do enquadramento da vida religiosa por parte dos raríssimos agentes eclesiásticos alemães. É a partir de 1864, quando a Igreja da Prússia começou a enviar seus ministros que a organização religiosa dos imigrantes alemães tomou forma e visibilidade. Com a unificação da Alemanha em 1870, “[...] solidificou-se a identificação de germanismo e luteranismo [...]” (FRESTON, 1993, p. 42).

Mais tarde, a partir da década de 1960, com as mudanças promovidas pelo Concílio Vaticano II, sociedades missionárias alemãs e um órgão da Igreja Evangélica Alemã, o Superior Conselho Eclesiástico, passaram a se interessar pelo envio de pastores e missionários às comunidades existentes no sul do Brasil. Segundo Gerd Kliewer (1977, p. 4), aqui ficaram numa situação de marginalidade cultural que forjou uma “[...] consciência racial excessiva [...]”. A branquitude, quando considerada a partir de problemas colocados pelo movimento feminista – especialmente do feminismo negro –, é um marcador social da diferença que aparece na maioria das vezes associado a noção de masculinidade hegemônica.

Tratando da emergência do posicionamento crítico dessas mulheres religiosas, é importante estar no horizonte a interseccionalidade dos marcadores de diferenças, como raça, classe e gênero para destacar que os enfrentamentos na hierarquia eclesiástica não estão situados somente no universo religioso, mas fazem parte de um tecido social mais amplo que subjuga a condição da mulher e visa anular sua potencialidade de representação (AKOTIRENE, 2019).

Nesse contexto de organização e disseminação do luteranismo no Brasil, também ocorreu o reconhecimento pelo Estado do trabalho pastoral, concomitante com a renovação espiritual e o movimento carismático evangélico, estabelecido na IECLB pelo movimento Encontro (FRESTON, 1998; MENDONÇA, 2005; BURITY, 2018). No contexto brasileiro, os protestantes imigrantes ingressaram em um país em

que a Igreja Católica já estava estabelecida hegemonicamente como principal instituição religiosa. Com a proclamação da República e a promulgação de leis acerca das liberdades de culto, houve a possibilidade de uma organização mais concreta dos protestantes, assim como o surgimento da concorrência entre Igrejas e a disputa pelo espaço religioso.

Em 1886 foi fundado o sínodo Rio-Grandense da Igreja Evangélica Alemã, vinculados à Alemanha e mais outros três sínodos, situados na região sul do país, mas sem vínculos entre si. Tempos depois, os quatro sínodos e outros localizados em diferentes regiões da América do Sul, organizou-se a Federação Sinodal em 1949, a qual assumiu o nome atual de IECLB em 1954 e com a fusão total dos sínodos em 1968. (FREESTON, 1998). Em resumo, nem todas as igrejas e sínodos que formaram a IECLB eram luteranos, mas, igrejas protestantes alemãs. Isso se deve a complexidade do quadro protestante na Alemanha dos principados (REILY, 1984).

A IECLB está organizada em uma estrutura compreendida hierarquicamente em três grupos. O primeiro que está na base, são as Instâncias Locais, subdividido em Comunidades – Congregação dos membros –, que comportam a Assembleia Geral e o Presbitério, e no Conselho Paroquial e a Diretoria. O segundo grupo é denominado de Sínodo, constituídos em Assembleia Sinodal, Conselho Sinodal, um Pastor (a) Sinodal e a Diretoria. O último grupo integra as Instâncias Sinodais que compõem o Concílio da Igreja, a Presidência, o Conselho da Igreja, a Secretaria Geral e também uma Diretoria. A hierarquia eclesiástica está constituída em: ministros (as) – ordenados e não ordenados –, diáconos e diaconisas, presidente e vice-presidente. Vale destacar a eleição de Sílvia Beatrice Genz, primeira presidente mulher eleita em 2018.

No que diz respeito à ordenação de mulheres na IECLB, seu início se deu com Elisabeth Diestschi, em 1970, tendo ela se tornado a primeira luterana com o título de bacharel em Teologia, formada pela Faculdade de Teologia (FACTEOL), ordenada pastora em Berlim, em 1973, pelo Bispo Scharf da Igreja Evangélica da União. Rita Maria Panke foi a oitava na lista de matrículas, a terceira a concluir os estudos de teologia, em 1981, pela FACTEOL, atual EST e a primeira a ser instalada em Candelária, no Rio Grande do Sul, para assumir atividades pastorais, além de ser a primeira a ministrar a cátedra de Teologia Feminista na EST, criada em 1990³. E

³ A Teologia Feminista pode ser compreendida como um movimento presente em várias religiões que reconsidera as tradições, práticas, escrituras e teologias dessas religiões a partir de uma perspectiva

como um desdobramento desta cátedra de estudos teológicos feministas foi criado o Núcleo de Pesquisa de Gênero, ligado ao Instituto Ecumênico de Pós Graduação (BLASI; STREECK, 2009; STRÖHER, 2005).

Marcia Blasi Valgurga Streeck (2009), ressaltam que ainda existe um movimento, com características novas e fundamentalista que aceita a participação de mulheres nos serviços da igreja, voluntários ou engajados, mas desde que não passem destas posições, ou seja, que não venham a ocupar os espaços de decisões e poder, a hierarquia eclesiástica (BLASI; STREECK, 2009). Em páginas e publicações localizadas em redes sociais virtuais como o *Facebook*, são encontradas diversas expressões que repudiam a ordenação de ministros (as) homossexuais, a chamada ideologia de gênero, a Teologia da Libertação, a inércia da atual presidente da IECLB (mulher) frente a estes, entre outros, que também geram pânico morais em diferentes âmbitos da sociedade atualmente. Isto confirma o apontamento das autoras teólogas luteranas citadas e nos remetem a situação política conservadora na qual se encontra o país.

Protestantes luteranas questionando a hierarquia

A interlocutora Pastora Helena⁴, nasceu no Rio Grande do Sul, provém de uma família protestante de descendência alemã e se formou em Teologia pela Faculdade de Estudos Superior em Teologia (EST) – instituição vinculada à Rede Sinodal de Educação, dedicada ao ensino, pesquisa e extensão, localizada em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Segundo Helena, quando uma mulher é enviada para uma comunidade, ela ainda precisa conquistar o seu espaço, muitas vezes, com esforço. Sua trajetória de vida possui elementos que fogem de uma tradicional representação de um líder religioso protestante. Helena possui trinta e quatro anos, foi mãe aos dezenove, é divorciada e atualmente possui um companheiro. Em seu depoimento são visíveis as dificuldades em dirigir uma paróquia e as estratégias de ação que são implementadas:

[...] Então tu tens que falar, mostrar que o seu jeito é diferente, no culto, na orientação cristã e no seu jeito de trabalhar. Eu não tenho uma mulher para me ajudar, enfeitar e preparar o altar para mim. Por isso nós percebemos muitos

feminista. Tal produção teológica revela que as mulheres se conectam por uma consciência histórica de discriminação sexista e pelo mesmo desejo de desnaturalizar uma determinada compreensão do feminino.

⁴Nomes fictícios são usados no artigo para proteger a identidade das interlocutoras da pesquisa.

preconceitos, também da comunidade, quando é uma mulher a presidir o culto e orientar a comunidade [...] (Pastora Helena, 34 anos).

A experiência de ser pastora a fez reelaborar a sua corporalidade para ocupar, com legitimidade, um lugar na cultura das religiões cristãs, historicamente estabelecido pelo corpo masculino. Helena expressa que possui um jeito particular – feminino –, afirma que o seu comportamento é diferente de outros pastores e reconhece que as pessoas a veem de maneira que muitas vezes não é como gostaria que a vissem. Então, ela tem que afirmar a sua diferença no altar para a comunidade e na sua vida como pastora luterana. Seu discurso possui o tom emocional que revela uma ação social e pensamento igualitário como um *ethos* no mundo. Helena deseja um efeito de mudança dos parâmetros morais da sua realidade e por isso faz sentido agir no campo do cristianismo.

Em seu depoimento, Helena também assume uma visão do que é ser mulher que extrapola a sua própria condição na Igreja, quando diz “[...] eu não tenho uma mulher para me ajudar, enfeitar e preparar o altar para mim [...]”, além da sua fala sugerir ironia, também demonstra a falta de privilégio de um maior apoio das outras mulheres na comunidade que dirige. Melanie May (1999) ao problematizar a presença corporal efetiva das mulheres na estrutura eclesiástica, manifesta que:

A presença de mulheres [...] como corpos de mulheres – em lugares públicos de liderança religiosa significa a difamação de nossos corpos e de nossa sexualidade promovida durante séculos por parte do ensino eclesiástico. [...] é também uma corajosa afirmação de uma nova realidade: o caráter integral para mulheres e homens, na mente e no corpo [...] (1999, p. 114).

É perceptível que as mulheres na IECLB estão provocando mudanças na teologia há algumas décadas e estão alcançando algum efeito, sobre tudo com a continuidade da presença no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), junto a Federação Luterana Mundial (FLM). Desde a década de 1980, as mulheres luteranas no Brasil têm sido corajosas ao enfrentarem na academia, particularmente na Faculdades de Estudos Superior em Teologia (EST) e na hierarquia eclesiástica do ministério ordenado, por meio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), os discursos e moralidades até então percebidas como intactas. Muitas mulheres estão engajadas, elaborando e discutindo, questões sobre violência contra a mulher, discriminação e de justiça de gênero no Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML). Tanto por meio do discurso intelectual teológico como nas ações das pastoras e mulheres em suas comunidades, as luteranas buscam a afirmação positiva

do status das mulheres para uma nova realidade, ou seja, um novo parâmetro moral do sujeito mulher.

Em texto publicado no Portal Luternanos, site da IECLB, existem diversos materiais, textos, Atas e entrevistas que valorizam o papel e a chamada colaboração da mulher na Igreja, além do Estatuto do Ministério com Ordenação da IECLB, o qual inclui especificidades que garantem o trabalho da mulher no ministério ordenado. Entre tantos exemplos, o reforço da relevância da mulher para a Igreja e reforma protestante é geralmente situado desde o contexto da Reforma, liderada por Martin Lutero e sua esposa, a ex-freira Katharina von Bora, no qual valoriza o papel feminino no processo contínuo da reforma cristã e a educação das mulheres: “Com a democratização da educação as mulheres passam a ter o direito de aprender a ler e escrever e, assim, descobrir o mundo a partir das suas próprias percepções.” (PORTAL LUTERANOS, 2017).

A mulher luterana e seu aparecimento possível como autoridade

Em 1955 a IECLB entrou no Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e em 1958 na Confederação Evangélica do Brasil (CEB), revelando nesta última ação a participação e autonomia da instituição no país, o que implica “[...] narrar o processo da sua consecução da maturidade de organização e a paralela consciência da sua missão como igreja brasileira [...]” (REILY, 1984, p. 201). Além disso, a partir da atuação de missionários enviados pelo Sínodo de Missouri (SM), localizados nos Estados Unidos da América, após a convenção de 1899, foi iniciado no Brasil o trabalho de luteranos missionários que resultou na criação de uma quinta organização eclesiástica luterana no Brasil, em 1980. Esta, no entanto, seguiu rumos próprios e deu origem à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Um contundente indício que define as diferenças entre as duas igrejas luteranas é a proibição da ordenação de mulheres.

Apesar de existirem distinções demarcadas no campo protestante/evangélico – protestantes históricos, protestantes de missão, pentecostais e neopentecostais –, observa-se atualmente um movimento de coesão no que diz respeito à identidade evangélica (NETO, 2017). Porém, ainda que na IECLB a palavra evangélica é encaminhada desde a denominação da Igreja Luterana no Brasil, o significado do conceito evangélico e identidade do ser evangélico possui suas diferenciações quando

comparada ainda que com as outras denominações protestantes históricas⁵.

No que se refere à temática feminina nas religiões, a atenção por parte do cristianismo mundial surgiu a partir da segunda metade do século XX, em um movimento de origem euro-americano que se difundiu dos chamados países desenvolvidos para os periféricos, e para o qual concorreram diferentes agentes e movimentos de mulheres. As Igrejas cristãs dominantes nos países centrais influentes sobre a América Latina, como por exemplo, a Igreja Católica Apostólica Romana e as evangélicas protestantes agrupadas pelo CMI, e no Brasil pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) – fundado em 1982, no qual a IECLB participa dos diálogos desde o início da sua criação –, diversificaram e acolheram, em maior ou menor grau, os discursos relativos às mulheres (FREESTON, 1998; ANJOS, 2009).

No contexto dessas negociações político-religiosas a redefinição da representação feminina ocorreu a partir de diferentes interesses institucionais das Igrejas cristãs como um todo (ANJOS, 2009). Diversas iniciativas decorreram por parte da Igreja Católica Apostólica Romana, como a menção à condição feminina no documento final do Concílio Vaticano II, a criação da Comissão de Estudos sobre a Mulher na Sociedade e na Igreja em 1973, além da edição progressiva de vários documentos pontifícios relativos à questão feminina.

No universo protestante, em especial, a partir das ações luteranas, a Federação Luterana Mundial instituiu em 1970, em sua quinta assembleia, a Secretaria da Mulher, garantindo em 1984 a participação de pelo menos 40% de mulheres em assembleias (PHILIPPSEN, 2016). É nesse contexto que algumas mulheres começam a refletir sobre outras questões e necessidades, surgindo os primeiros movimentos pelas mulheres e em prol da Secretaria da Mulher na IECLB (ROTH, 2010). De certa forma, essa pauta reflete uma busca de parceria com a instituição, de forma semelhante ao que ocorreu junto ao Estado, como, por exemplo, a primeira proposta de criação, durante o governo de Getúlio Vargas, do Departamento Nacional da Mulher, por Bertha Lutz, fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.

Desde a década de 1930, já existiam nas Igrejas protestantes históricas no Brasil reivindicações pela ordenação de mulheres – o ideário feminista neste contexto apresentava a reivindicação do direito ao voto feminino e questionamento da divisão

⁵ É importante salientar que a IECLB não possui, até o momento, representantes na Assembleia Constituinte do Brasil.

sexual dos papéis de gênero –, mas apenas em 1971 no Brasil, a Igreja Metodista, em seu Concílio Geral, aprovou o ministério ordenado sem distinção de sexo. Seguiram-se a IECLB, a Igreja Episcopal e a Igreja Presbiteriana Unida (ROHDEN, 1997).

À medida que o tema ganhou legitimidade social, a questão dos chamados direitos das mulheres foi sendo incorporada nas diferentes denominações cristãs. De forma geral, essa atenção para as problemáticas femininas, da qual as Igrejas participaram, tinha relação com sua progressiva abertura para os temas seculares. Algo que toca diretamente a problemática da pesquisa são as circunstâncias conjunturais de protesto. Da Reforma às feministas, em ambas ocorrências, resguardadas suas particularidades e pluralidades das segundas, aparecem atitudes de descontentamento de grupos correlacionado ao processo de secularização da sociedade. Esta abertura ocorria, tanto na Igreja Católica quanto nas Igrejas vinculadas ao CMI, mediante o fomento às diferentes teologias e pelo incentivo existente em seus fóruns de discussões⁶.

Grupos de mulheres protestantes visando um projeto de igreja inclusiva

Grupos de mulheres ministras que atuam na área pastoral, diaconal, catequética, missionária, na Pastoral Popular Luterana (PPL), agricultoras do Centro de Apoio e Promoção à Agroecologia (CAPA), no Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML) e esposas de ministros configuram um grupo específico, no qual a maioria participa da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE), primeiro grupo criado em 1899 em Rio Claro, São Paulo. Essa data coincidiu com a Proclamação da República do Brasil, data que marca a separação do Estado e da Igreja.

Estima-se que a OASE congrega aproximadamente 40.000 mulheres em todo o Brasil e pode ser considerada um movimento conservador de mulheres, que apoiou as mulheres no sistema patriarcal, ao mesmo tempo é reconhecida como um movimento significativo na construção e no desenvolvimento da IECLB (BLASI; STREECK 2009). O início da atuação de mulheres imigrantes protestantes no Brasil da corrente luterana ocorreu a partir das solicitações por *schwesterns* (parteiras), para a região de Blumenau a princípio. Eram requisitadas mulheres com formação,

⁶ As interpretações com orientações feministas neste campo contribuíram para a releitura da Bíblia e das tradições das Igrejas em diálogo com a perspectiva do feminismo da diferença, nos anos 1980/90, especialmente considerando as mulheres.



inclusive em diaconia e economia doméstica para realizarem trabalhos de parto e enfermagem ao mesmo tempo que auxiliavam às famílias de imigrantes. A demanda motivou a Imperatriz Augusta Vitória, em 1907, a criar vários grupos de mulheres no Brasil. As ações das mulheres evangélicas foram reconhecidas pelo Pastor Friedrich Pechmann dois anos depois, com a criação da OASE e posteriormente com a construção da primeira maternidade de Blumenau dirigida pelo grupo *deschwesterns*.

Como muitas comunidades precisavam de dinheiro para construir seus templos, centros comunitários, escolas e hospitais, os grupos de mulheres foram desafiados a ajudar a construir suas comunidades e a conduzir o trabalho social que o Estado não tinha condições de providenciar. Isso resultou em um ativismo, porém, em resposta a isso uma nova orientação foi imposta ao grupo de mulheres, os grupos de mulheres luteranas deveriam acontecer com estudo bíblico, cantos e orações (OASE, 2000).

Apesar dessa atuação centenária das mulheres luteranas de diferentes faixas etárias e seguimentos sociais, nem todas são ainda representadas na mais antiga organização de mulheres luteranas do Brasil. Quando se evoca a imagem dessas mulheres religiosas, a primeira representação que se visualiza é a figura de uma mulher de meia idade que participa no grupo da OASE de sua comunidade (ROTH, 2010). Ainda que essa representação não condiga com a realidade dessas mulheres, existem barreiras para que alcancem representatividade em uma organização com fundamentos litúrgicos e doutrinários cristalizados.

Um exemplo disso foram os eventos ocorridos no contexto da VIII Assembleia da Federação Luterana Mundial, realizada em 1990 na cidade de Curitiba, quando foi criado o Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML)⁷. Neste Fórum, em encontros presenciais e depois em redes sociais virtuais, as mulheres começaram a levantar questões que iam além das práticas de seus grupos religiosos, percebendo a necessidade de se conhecerem melhor, compartilharem suas experiências, seus anseios, visibilização e representatividade (PHILIPPSSEN, 2016).

As discussões oportunizadas pelo fórum levantaram questões polêmicas no universo luterano, tal como são retratadas em alguns artigos no Jornal Evangélico Luterano (JOREV), onde são apresentados problemas relativos à Teologia Feminista,

⁷ O FDML vem contribuindo particularmente para dar visibilidade às mulheres e suas concepções que ousam refletir sobre as condições da categoria, na igreja e sociedade.



expondo a necessidade de esclarecimentos sobre temas correlatos.

Nesse contexto de revisões e reflexões, em 1995 o Fórum recebeu uma carta do Conselho Nacional da OASE (CNO), que diz:

[...] após ser explanado e discutido amplamente [...] chegou-se à conclusão que nós, como Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – OASE deveríamos nos posicionar definitivamente sobre o assunto. Concluiu-se que a OASE não se opõe à criação do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana, mas não fará parte do mesmo; continuaremos no trabalho da OASE, seguindo seus objetivos: ‘comunhão, testemunho e serviço’ (ROTH, 2010, p. 27).

Afastando-se das problemáticas lançadas pelo Fórum, a carta do Conselho Nacional da OASE demarcou as fronteiras entre as duas organizações por muito tempo. Entendimentos diferentes sobre a atuação das mulheres na Igreja não conseguiram equacionar estas questões. Entretanto, houve reação de apoio e solidariedade manifesta em carta escrita que circulou entre as ministras e alguns ministros da igreja, assinada por muitas pessoas da IECLB e enviada à sede da mesma em Porto Alegre, segundo uma informante que inclusive elaborou a proposição. Isso indica para a diversidade existente no seio da igreja/comunidades/paróquias/sínodos e os conflitos latentes. O Fórum continua com a proposta de ser um movimento de conscientização e valorização das mulheres, se engajando nas pautas da violência contra as mulheres e se solidarizando com elas (PHILIPPSSEN, 2016).

São significativas as atividades que visam a reflexão de mulheres, tendo o FRML realizado dez encontros nacionais. O último foi direcionado para a celebração conjunta com a OASE “Mulheres Luteranas celebrando os 500 anos da Reforma”, realizado em março de 2017 em Foz do Iguaçu, no Paraná que contou com a presença de mais de 2.000 mulheres (PHILIPPSSEN, 2017).

Em contato com uma segunda pastora – também proveniente do Rio Grande do Sul – , realizado na paróquia, localizada em Belo Horizonte, a pastora Rafaela relatou brevemente a sua trajetória de formação em teologia na EST, na qual participou como aluna das experiências iniciais do Programa e núcleo de pesquisa Gênero e Religião durante a primeira década dos anos 2000, herdeira da Cátedra Teologia Feminista. A pastora se reconhece no movimento chamado de Quem ama não mata, criado em Belo Horizonte na década de 1980, cidade onde é pastora desde a sua ordenação. Rafaela entende que este movimento voltou significativamente, porque no atual contexto, a sociedade brasileira está lidando com altos índices de

feminicídios.

A EST, segundo Rafaela, era considerada uma instituição “pública”, porque a Igreja arcava com todos os gastos. Segundo a pastora, agora quem estuda é quem tem possibilidade para pagar altas mensalidades. Nesse sentido, para a pastora luterana a instituição de referência para a formação de teólogas protestantes/evangélicas/cristãs – onde também, após a conclusão do curso e preparação para uma avaliação direcionada à ordenação – recebem formação para atuar no ministério ordenado e na diaconia. Rafaela conclui que na própria hierarquia eclesiástica, agora o lugar se tornou elitista.

Seu envolvimento com o ideário feminista está emaranhado com sua atuação na hierarquia eclesiástica e justifica sua atuação como mulher neste corpo hierárquico, quando reflete que os discípulos de Jesus também eram mulheres: “[...] era um discipulado de iguais”. Assim se afirma atuando em um discipulado onde todos são iguais e segue comentando uma obra muito reconhecida pelo campo teológico feminista cristão, escrita por Elisabeth SchusslerFiorenza, intitulada *Discipulado de iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação* (1995). Essa obra marcou o início da elaboração teológica feminista e a produção dos estudos hermenêuticos da bíblia pela perspectiva da mulher. Rafaela considera que no cristianismo ainda não se vive um discipulado de iguais, pois não é conferido às mulheres o mesmo reconhecimento e participação que os homens possuem na Igreja.

Enquanto conversávamos sobre hierarquia na IECLB e os efeitos sobre a autoridade legítima, a pastora recordou-se de uma notícia que leu em um jornal de uma cidade alemã, datado do início do século XX, pois tinha no título da notícia o tom revelador de estranhamento diante das mudanças relativas às posições de autoridade da igreja: “O novo pastor agora é: mulher.”

Enquanto conversávamos, Rafaela falava sobre os chamados luteranos missourianos, os quais, segundo a pastora, justificam a norma fundamentada nos escritos de Lutero, onde ele renega o pastorado para jovens, loucos e mulheres. Rafaela reificou que essa não é uma questão para cristãos protestantes que seguem os ensinamentos de Lutero. Esta era uma norma concebida em um limite histórico específico de Lutero, o que os luteranos do protestantismo histórico devem conceber é uma igreja que está sempre se reformando. Segundo esta pastora, a Reforma não terminou no século XVI, ela ainda está acontecendo e por isso é preciso construir a justiça de gênero na sociedade e o chamado discipulado de iguais.

Observações foram realizadas na EST, durante a participação no Congresso Gênero e Religião em 2019. Existem eixos na IECLB que operam como movimentos sociais que possuem visibilidade na esfera pública. “Ninguém solta a mão de ninguém” é pronunciado na EST, em congressos e reuniões, inclusive discussões sobre direitos reprodutivos com a presença de Lusmarina Campos⁸. Mulheres participam de protestos e organizam movimentos enquadrados como “vadias”, semelhantes ao movimento da Marcha das Vadias, usam os corpos para reagirem performaticamente instituindo o gênero, reproduzindo-o, reivindicando-o e questionam as lógicas de gênero que regulam as definições de vitimização (GOMES, 2017). Estas ações na instituição provocam emoções e produzem envolvimento das pessoas que o assistem.

Segundo VerenaStolcke (1991) e Lila Abu-Lughod (2018), a hierarquia prescinde de uma explicação, pois possui eixos classificatórios e quando ela é contestada, tem-se um pensamento igualitário. O fato é que ainda existe a sensação de estranheza quando a hierarquia é questionada no campo das religiões cristãs. As assimetrias ainda são naturalizadas socialmente e fundamentadas na diferença sexual, tem-se o exemplo da IELB, no entanto, mesmo sem a ordenação de mulheres pastoras, existe uma presença significativa de mulheres na Vice-Presidência Nacional, no Conselho Diretor, na liderança dos distritos regionais e formadas em diaconia. (IELB, 2019).

Como na IECLB, a questão do ministério feminino na IELB é ponto que gera queixas, discordâncias e debates. A produção de uma estrutura hierárquica sexista, levou à privação das mulheres, por longos períodos na história, de atuarem em instâncias oficiais e teológicas que ainda resistem às pequenas e maiores mudanças adotadas pelas igrejas na contemporaneidade. O campo hierárquico das igrejas cristãs é ainda marcado pelo androcentrismo fundante presente nas concepções teológicas do cristianismo primitivo (FURLIN, 2016).

Segundo Gabriele dos Anjos (2009), a representação feminina e o feminismo na OASE são os signos para a participação da mulher que se quer e da que não se

⁸Lusmarina Campos realizou um pronunciamento à favor da descriminalização do aborto no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018, durante a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF) e a reação contrária da IECLB publicada em seu portal eletrônico: “[...] mais uma vez, a IECLB é envolvida numa polêmica que não condiz com seu jeito de ser Igreja.” [Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/textos/nota-sobre-a-participacao-da-pa-lusmarina-campos-garcia-na-audiencia-publica-promovida-pelo-stf-sobre-a-proposta-da-descriminalizacao-do-aborto-ate-a-12-semana-de-gestacao>].

quer, como também a forma de a obter; e o espaço de reflexão de mulheres luteranas no FRML se opor ao trabalho prático da OASE. Apesar da relação com a EST, em termos de estudos acadêmicos e formação teológica, o posicionamento da OASE em relação ao feminismo é o de não identificação, prevalecendo a representação de um feminino voluntário às comunidades e obras da igreja, mas que se vê, ainda que 'pré-engajado' com as questões das mulheres. Líderes luteranas, teólogas e pastoras seguem persistindo na união das mulheres pela justiça social e de gênero, participam dos congressos da OASE e reuniões, levando a elas a valorização do feminino positivado pela diferença sexual.

Considerações finais

O aparecimento dos corpos de mulheres luteranas ocorre primeiro no campo da academia e dos estudos teológicos apoiados na hermenêutica feminista e posteriormente alcança a hierarquia de poder instituída na igreja. Mesmo que esta denominação religiosa no Brasil tenha sua origem marcada por elementos patriarcais, reforçados regionalmente pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho que está concentrado no Sul do Brasil e no qual luteranos negociam pertencimentos identitários e os invocam – tema para ser discutido em um próximo artigo – jovens pastoras representam uma feminilidade apoiada na subjetivação da liberdade de gênero, emaranhados no mosaico cultural rio-grandense tradicionalista.

A compreensão do protestantismo histórico de imigrantes alemães e sua contribuição para mudanças no quadro de referência cristão contemporâneo está colocada e se apresenta de forma dinâmica. As mulheres cristãs protestantes estão fazendo Teologia Feminista e atuando na hierarquia eclesiástica, tencionando as regras para a legitimação da representatividade.

Mudanças no status da mulher foram possíveis com a incidência do feminismo nas subjetividades de mulheres envolvidas, e indiretamente àquelas que não estão envolvidas, na elaboração e difusão de um ideário feminista nesta esfera. Mulheres pastoras luteranas e líderes religiosas desejam liberdade – pensada no cristianismo – e esta perspectiva se realiza no mundo como um *ethos* emaranhado no agir, sem perder o horizonte cristão.



Referências

ABU-LUGHOD, L. “As bases morais da hierarquia” in FASSIN, Didier & LEZÉ, Samuel (org). *A questão moral: uma antologia crítica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ANJOS, Gabriele dos. *Mulheres todas santas: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em igrejas cristãs no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 2009.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BLASI, M; STREECK, V. Schmiedt. Questões de gênero e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v. 49, n. 2. Jul/dez. 2009, p. 222-240.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: *Conservadorismos, fascismo e fundamentalismos: análises conjunturais*. ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARRARA, S. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 2015, vol.21, n.2, pp.323-345.

DREHER, M. N. *Igreja e Germanidade*. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Editora Sinodal, 1984.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment* (tese de doutorado), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, 1993.

_____. Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a igreja luterana no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis v.16 n. 24, p. 61-73, out, 1998.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, vol. 15, n. 2, Florianópolis, mai-ago, 2007, p. 291-308.

FURLIN, Neiva. A produção do feminino: representações de gênero no discurso da teologia católica tradicional. *Estudos de Sociologia*, Recife, 2016, Vol. 2 n. 22.

KLIEWER, G. U. Uma comunidade evangélica frente aos problemas sociais e à atuação sócio-política da Igreja. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 17, n. 1, 1977.



GOMES, C. de C. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, no.25, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jan-abr. 2017.

JESUS, F. W. de. *As mulheres sem tranças: uma etnografia do Ministério Pastoral Feminino na IECLB*. Dissertação (mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2003.

_____. A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma "Igreja inclusiva" no Brasil. *Ciências sociais e religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, out, p. 131-146, 2010.

MACHADO, M. das D. C.; FIGUEIREDO, F. Religião, gênero e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, UFRGS, v. 4, p. 125-148, 2002.

MACIEL, M. Gauchismo busca integrar diferentes grupos, e não representar a diversidade. *Revista do Instituto HumanitasUnisinos*. Edição 493. Set, 2016.

MAHMOOD, S. "Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". *Etnográfica*, vol 10, maio de 2006.

MAY, M. Prática de Transformação: nas pegadas das mulheres em postos de liderança religiosa. *Concilium* v. 281, n. 3, p.101-116, 1999.

MENDONÇA, A. G. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 48-67, setembro/novembro, 2005.

MOORE, H. *A passion for difference: Essays in anthropology and gender*. Bloomington, Indiana University Press, 1994.

_____. "Understanding sex and gender", in Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997, p. 813-830.

NETO, A. L. G. O uso político da religião e o uso religioso da política: como a defesa de pautas morais indica uma compreensão de gênero. *Interações*, Belo horizonte, Brasil, v.12 n.22, p. 323-342, ago./dez, 2017.

NUNES, M. J. R. (Org.). *Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição*, 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

OASE. *OASE: Quê? Como? – Guia de comunhão, testemunho e serviço*, 2000.

ORTNER, S. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez, 2007.

PORTAL LUTERANOS. O lugar da mulher é em todo lugar. Texto do site Portal Luteranos. Disponível em : https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/historia/o-lugar-da-mulher-e-em-todo-lugar. Visitado em 05/07/2020.



PHILIPPSSEN, R. As origens do fórum de reflexão da mulher luterana e relações de poder entre mulheres da IECLB. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 3, 2016.

RANDELL, K. *Lutero e a Reforma Alemã*. São Paulo: Ática, 1995.

REILY, D. A. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1984.

RIETH, Ricardo Willy. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). *Estudos Teológicos*. São Leopoldo v. 49 n. 2 p. 207-221 jul./dez. 2009.

ROHDEN, F. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. *Cadernos pagu* (8/9), pp. 51-97, 1997.

RÖLKE, H. *Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

ROTH, V. L.; SCHERER, H. C. *Mulher, deixa a chama acesa e não tema a transformação: Deus te ama 100%*. História dos 20 anos do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana da IECLB. Porto Alegre: Odisseia, 2010.

SANTOS, E. S. dos. História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins. Brasília Editora, 1992.

SCAVONE, L. Religiões, gênero e feminismo. *Rever*, revista Estudos da Religião, dezembro, 2008. [Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_scaavone.pdf].

SCHÜSSLER FIORENZA, E. S. *Discipulado de iguais: Uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

STOLCKE, V. Está o sexo para o gênero assim como a raça está para a etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, Rio de Janeiro, junho de 1991 [p. 101-119].

STRÖHER, Marga J. A história de uma história: o protagonismo das mulheres na Teologia Feminista. *História Unisinos*. 9 (2):116-123, Maio/Agosto, 2005.

Recebido em: 31/05/2019

Aceito em: 31/07/2020